

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Linguística, Letras e Artes:

Sujeitos, Histórias e Ideologias

2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Linguística, Letras e Artes:

Sujeitos, Histórias e Ideologias

2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Elói Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlundo Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniide Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenología & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Linguística, letras e artes: sujeitos, histórias e ideologias 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L755 Linguística, letras e artes: sujeitos, histórias e ideologias 2 /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-028-2

DOI 10.22533/at.ed.282212804

1. Linguística. 2. Letras. 3. Artes. I. Vasconcelos,
Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.
CDD 410

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES: SUJEITOS, HISTÓRIAS E IDEOLOGIAS 2**, coletânea de vinte e um capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área da Linguística, Letras e Artes e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Temos, nesse volume, dois grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos linguísticos; e estudos em artes.

Estudos linguísticos traz análises sobre tempos verbais, formas de tratamento, língua de herança, linguagem oral, análise do discurso, subjetividade, multimodalidade, argumentação, gêneros textuais.

Em estudos em artes são verificadas contribuições que versam sobre dialogismo bakhtiniano, música, performance, viola, canto, consultoria musical, samba, arte e representação japonesa.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENSINANDO OS TEMPOS VERBAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA	
Afrânio da Silva Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.2822128041	
CAPÍTULO 2	15
FORMAS DE TRATAMENTO EM PERSPECTIVA	
Luiz Antônio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2822128042	
CAPÍTULO 3	26
ENTRE A LÍNGUA DE HERANÇA E O PORTUGUÊS NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL: TENSIONAMENTOS, PROIBIÇÕES E INTERDIÇÕES NO ESTADO NOVO GETULISTA (1937-1945)	
Carmen Maria Faggion	
Terciane Ângela Luchese	
DOI 10.22533/at.ed.2822128043	
CAPÍTULO 4	44
A LINGUAGEM ORAL EM QUISSAMÃ: UM RESGATE PIONEIRO E ÚNICO	
Carmen Elena das Chagas	
DOI 10.22533/at.ed.2822128044	
CAPÍTULO 5	59
O NARIZ DE PALHAÇO COMO UMA MÍDIA	
Romulo Santana Osthues	
DOI 10.22533/at.ed.2822128045	
CAPÍTULO 6	74
ESTETIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE: FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE CUIDADO E PRODUÇÃO DE SI MESMO	
Kleber Prado Filho	
DOI 10.22533/at.ed.2822128046	
CAPÍTULO 7	83
MULTIMODALIDADE E ARGUMENTAÇÃO: ELEMENTOS INDISSOCIÁVEIS DA PRÁTICA INTERATIVA REALIZADA NO PROCESSO COMUNICATIVO	
Wedja Nívea da Silva Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.2822128047	
CAPÍTULO 8	95
ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E O GÊNERO CONTESTAÇÃO	
Célia Maria de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.2822128048	

CAPÍTULO 9	111
GÊNEROS TEXTUAIS NOS MANUAIS DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA: O QUE FALTA?	
Regina Lúcia Péret Dell'Isola	
DOI 10.22533/at.ed.2822128049	
CAPÍTULO 10	122
ANÁLISE COMPARATIVA DE EDITORIAIS NOS JORNAIS FOLHA DE S.PAULO E ESTADO DE S. PAULO	
Verônica Mendes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.28221280410	
CAPÍTULO 11	135
NOTA JORNALÍSTICA CONCRETIZA O DISCURSO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA: UMA METODOLOGIA PARA ANALISAR O DISCURSO ORGANIZACIONAL	
Marta Cardoso de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.28221280411	
CAPÍTULO 12	147
DIALOGISMO BAKHTINIANO COMO FERRAMENTA MUSICOLÓGICA	
Felipe Mendes de Vasconcelos	
Oíliam José Lanna	
DOI 10.22533/at.ed.28221280412	
CAPÍTULO 13	157
O PAPEL DA ARTE EM TEMPOS DE PANDEMIA: MÚSICA E “INDÚSTRIA DO ISOLAMENTO”	
Eder Flávio Moura Bonfim	
Camila Cristina dos Santos	
Maria Flávia Silveira Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.28221280413	
CAPÍTULO 14	176
ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DA PERFORMANCE EM UM QUINTETO DE METAIS: TEMPO E SINCRONIA NA PREPARAÇÃO DE REPERTÓRIO	
Gabriel Ferraz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28221280414	
CAPÍTULO 15	188
A CASTA DE LIÇÕES, OBRA DIDÁTICA E MUSICAL DE PEDRO LOPES NOGUEIRA (CA. 1720)	
Gustavo Medina	
Márcio Páscoa	
DOI 10.22533/at.ed.28221280415	
CAPÍTULO 16	203
PRECIPÍCIO DE FAETONTE: ANÁLISE PARA RECONSTRUÇÃO DA PARTE DE VIOLA E	

CANTO DA ÁRIA NAS PUPILAS DOS MEUS OLHOS

Gabriel de Sousa Lima

Márcio Leonel Farias Reis Páscoa

DOI 10.22533/at.ed.28221280416

CAPÍTULO 17.....217

OS TRIOS DE AVONDANO EM DRESDEN: DIÁLOGO ENTRE ESTILOS E GÊNEROS

Manoella Coutinho Costa

Márcio Leonel Farias Reis Páscoa

DOI 10.22533/at.ed.28221280417

CAPÍTULO 18.....237

ORNAMENTAÇÃO LIVRE NAS TRIO-SONATAS *OPUS III* DE A. CORELLI

Roger Lins de Albuquerque Gomes Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.28221280418

CAPÍTULO 19.....252

A CONSULTORIA MUSICAL NA ELABORAÇÃO DE ROTEIROS DE AUDIODESCRIBÇÃO PARA CONCERTOS DE MÚSICA INSTRUMENTAL ERUDITA: UM PROCESSO DE MUSICALIZAÇÃO

Felipe Vieira Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.28221280419

CAPÍTULO 20.....259

HISTÓRIA CANTADA: A LETRA DE SAMBA CONTIDA NA OBRA *DESDE QUE O SAMBA É SAMBA*, DE PAULO LINS, COMO UMA NARRATIVA COMPLEMENTAR A DIEGESE

José Carlos Patrício

Walnice Aparecida de Matos Vilalva

DOI 10.22533/at.ed.28221280420

CAPÍTULO 21.....272

ARTISTAS DA REPRESENTAÇÃO JAPONESA E PREMIAÇÕES NA BIENAL DE SÃO PAULO ENTRE 1951 E 1963

Celine Miyuki Hirose

DOI 10.22533/at.ed.28221280421

SOBRE O ORGANIZADOR.....284

ÍNDICE REMISSIVO.....285

CAPÍTULO 3

ENTRE A LÍNGUA DE HERANÇA E O PORTUGUÊS NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL: TENSIONAMENTOS, PROIBIÇÕES E INTERDIÇÕES NO ESTADO NOVO GETULISTA (1937-1945)

Data de aceite: 26/04/2021

Carmen Maria Faggion

Universidade de Caxias do Sul
<http://lattes.cnpq.br/5897618037883157>

Terciane Ângela Luchese

Universidade de Caxias do Sul
<http://lattes.cnpq.br/7640634913198342>

RESUMO: A Região Colonial Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul, Brasil, corresponde a um conjunto de municípios que ao final do século XIX foram povoados por imigrantes da península itálica. De áreas rurais formaram-se municípios e sua organização sociocultural esteve vinculada a essa herança de tradições, reinventadas, inclusive com relação ao dialeto utilizado no cotidiano, um supradialeto como referem FROSI e MIORANZA (1983), hoje chamado talian. Através da análise de depoimentos de estudantes e professores da RCI, com base teórica na Sociolinguística e na História Cultural, este trabalho intenta verificar como o contato linguístico se dava na escola, na época em que ocorreu a campanha de nacionalização do governo de Getúlio Vargas, quando a comunidade rural era ítalo-falante. De que estratégias se serviam os professores para dar aulas em português, obrigatório a partir de 1937? Como se dava o convívio entre a língua minoritária e a língua dominante, de prestígio? Como era a escola antes da campanha de nacionalização? A base documental da análise são entrevistas localizadas em dois acervos:

o Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e o banco de entrevistas do Instituto de Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Os depoimentos, colhidos ao longo da década de 1980, permitem algumas conclusões. Uma delas é que os professores foram criativos na busca de soluções, e não meros executores de normas. Outra é a responsabilidade da escola no silenciamento da língua de herança. Ainda podemos citar o progressivo abandono da língua de herança, hoje revitalizada pela legalização do talian, mas ainda sofrendo preconceito, principalmente pelas marcas de sotaque no português. Este texto é resultado do projeto de pesquisa institucional Ressonâncias da Universidade de Caxias do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Língua de herança, Nacionalização, Língua e culturas, Ensino de língua majoritária.

INTRODUÇÃO

Em trabalhos anteriores (Luchese; Faggion, 2014, 2016), temos denominado “língua minoritária” o dialeto vênето sul-riograndense, ou vênето sul-brasileiro, ou *talian*, visto que o consideramos à luz da realidade linguística brasileira, em que o âmbito da língua portuguesa é muitíssimo mais amplo que a área de abrangência dessa outra língua, o talian, que, hoje, é patrimônio cultural do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. No entanto, cabe igualmente denominá-la “língua de herança”, visto que é a língua que os falantes herdaram de

seus pais, que viviam em uma comunidade capaz de preservá-la, já que valores culturais garantiam a coesão do grupo e sua permanência. Especificamente, é uma língua de herança de imigração, conforme se vê na definição de Kelleher (2010), em referência aos Estados Unidos:

Immigrant heritage languages are any of the languages spoken by immigrants arriving in the United States after it became an independent country. Immigrant heritage languages may overlap with colonial heritage languages; for instance, Spanish was a colonial heritage language, and it is now an immigrant heritage language of great importance in the United States. (Kelleher, 2010, p. 2).

Entendemos, pois, como língua de herança o *talian*, levando em conta a ponderação levantada por Kelleher (2010). O termo “língua minoritária” parece estranho porque ela foi, de fato, a língua majoritária daquela comunidade. Sabe-se que o *talian* era a língua predominante na Região de Colonização Italiana nos anos de 1937 a 1945, que constituem o período de nosso estudo.

A denominação *língua de herança* torna-se mais precisa, também, quando se leva em conta que ela é patrimônio de toda uma comunidade, e não de poucos indivíduos falantes. Uma comunidade que se manteve unida pela(s) língua(s) e pela(s) cultura(s) que se preservaram e se desenvolveram ao longo de sua história.

Nosso trabalho, portanto, focaliza a Região de Colonização Italiana no período de 1937 a 1945, e analisa documentos oficiais e entrevistas de pessoas que vivenciaram a escola obrigatória em português ou dela tiveram notícia através de seus pais. Os resultados foram obtidos através de investigação a dois bancos de dados: memórias e coleção de documentos do Arquivo Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul, e a coletânea de memórias do Instituto de Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul.

A base teórica é auferida a partir dos conceitos de memória (Halbwachs, 2004 e Pollak, 1989) e de conceitos da Sociolinguística, sendo que assumimos, como em trabalhos anteriores (Luchese; Faggion, 2014; 2016) a íntima correlação entre língua(s) e cultura(s), tal como desenvolvida, entre outros, por Romaine (1995), Kramsch (1998), Nettle; Romaine (2000) e Duranti (2004). Algumas peculiaridades históricas anteriores, contudo, são necessárias para a compreensão do fenômeno. Passamos a vê-las sucintamente.

A imigração italiana no Rio Grande do Sul teve início em 1875. Os imigrantes foram aleatoriamente colocados, em ordem de chegada e havia diferentes dialetos em uso, todos provenientes do Norte da Itália (especificamente da Lombardia, do Vêneto, do Trentino Alto-Ádige e de Friuli Vênetia-Júlia)¹. Necessidades comunicativas acabaram ocasionando a emergência de um supra-dialeto, ou *koiné* (FROSI; MIORANZA, 2009, p. 70). Os falantes sempre o chamaram *talian*, naturalmente proveniente de “italiano”, tendo a palavra sofrido aférese e apócope. Muitos anos mais tarde, ao tornar-se objeto de estudos, essa *koiné* foi

1. Segundo Frosi e Mioranza, (1983, p. 112-114).

chamada *vêneto sul-rio-grandense e vêneto sul-brasileiro*. Hoje, sob outras óticas, o nome da língua é dado conforme o povo falante sempre a chamou, *talian*.

Na contemporaneidade quase restrito às regiões rurais e à comunicação familiar e vicinal, o *talian* é falado sobretudo por pessoas de mais idade. O português, sendo a língua de educação, a do trabalho e dos meios de comunicação, e estando associada a culturas industriais e urbanas, é também a língua de prestígio (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010; LUCHESE; FAGGION, 2016). É muito rica, igualmente, a contribuição vocabular da língua portuguesa para o *talian* (v. Frosi; Faggion, 2010).²

A cultura original italiana sobrevive, forte, nos domínios da vida em família, da religião católica, da culinária, dos valores ligados à convivência familiar. Não parece despropositado afirmar que, nos núcleos populacionais em que esses valores são cultivados, ainda se fala *talian*. Nesses núcleos, quase sempre rurais, verifica-se não só o uso do *talian* mas também, com frequência, a alternância de códigos, esta revelando que o *talian* é língua de identidade e de solidariedade. Conforme a tradução italiana da obra de Hudson (1998, p. 129):

La lingua può anche riflettere rapporti sociali tra il parlante e il destinatário, in particolare il **potere** e la **solidarietà** che si manifestano in quel rapporto (...). Il "potere" non richiede spiegazioni, ma la "solidarietà" è più difficile da definire; essa riguarda la distanza sociale tra gli individui: quanta esperienza e quante caratteristiche sociali (religione, sesso, età, regione di origine, razza, lavoro, interessi ecc.) hanno in comune, in che misura sono disposti a condividere fatti intimi e altri fattori. (HUDSON, 1998, p. 129)³

No que tange ao período do Estado Novo (1937 – 1945) sob a presidência de Getúlio Vargas, no cenário da história brasileira, e sua correlação com as pequenas comunidades agrícolas de imigrantes, em especial do Rio Grande do Sul, apresentamos a seguir uma breve contextualização.

UM POUCO DE HISTÓRIA: O ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS. O CHOQUE COM AS PEQUENAS COMUNIDADES RURAIS (QUASE) AUTÔNOMAS: TENSIONAMENTOS

A Proclamação da República, no Brasil, ocorreu em 15 de novembro de 1889. No início do século XX, alternavam-se presidentes que provinham dos Estados de São Paulo, maior produtor de café, e Minas Gerais, grande produtor de leite. Era a chamada "política do café com leite", que garantia recursos ao Sudeste brasileiro.

2. A respeito do *vêneto sul-brasileiro*, leia-se também, entre outros, Frosi, 1998, 2000; Carboni, 2002.

3. Em tradução livre: A língua pode também refletir relações sociais entre o falante e o destinatário, em particular o poder e a solidariedade que se manifestam nessa relação (...). O "poder" não requer explicações, mas a solidariedade é mais difícil de definir; ela diz respeito à distância social entre os indivíduos: quanta experiência e quantas características sociais (religião, sexo, idade, região de origem, raça, trabalho, interesses etc.) eles têm em comum, em que medida estão dispostos a dividir entre si fatos pessoais e outros fatores. (HUDSON, 1998, p. 129)

Em 1930, Getúlio Vargas tomou o poder. Houve eleições em março, que deram a vitória ao candidato governista Júlio Prestes, então presidente do estado de São Paulo. No entanto, Prestes não tomou posse: em outubro, ocorreu um golpe de estado. Vargas assumiu o “governo provisório” no dia 3 de novembro de 1930. Com isso, de certa forma, terminou a chamada República Velha ou melhor, Primeira República. Dentre as características mais lembradas são o começo de uma legislação social e o estímulo para o desenvolvimento industrial.

Em 1937, em vez de chamar eleições, Vargas, numa manobra política, permanece no poder e assume sob forma ditatorial. Foi outorgada ao país uma nova Constituição, a terceira da República. De conteúdo marcadamente centralizador, essa Constituição garantia ao chefe do Executivo grande concentração de poderes. Cabia ao presidente nomear as autoridades estaduais, e a estas designar as municipais. Iniciou-se, então, o Estado Novo.

Vargas tinha também um projeto nacionalista, que envolvia educação em uma língua única, a portuguesa. Isso traria uma situação de choque para pacatas comunidades colonizadas por imigrantes, no Sul do Brasil.

Inicialmente quase isoladas, as colônias de imigrantes formavam comunidades autossuficientes. Conforme assinala Campos (2006, p. 85), “a atividade agrícola era diversificada e dirigia-se para a produção de alimentos que visavam ao consumo familiar”. Cultivava-se uma horta doméstica e alguns produtos para comércio. A divisão de trabalho envolvia toda a família, inclusive idosos e crianças, que ajudavam em várias tarefas. É mais uma vez Campos quem resume: “as atividades envolviam toda a família camponesa, que em geral habitava uma pequena propriedade, incluindo casa, local de cultivo, estábulo, depósitos, galinheiro e chiqueiro”. (CAMPOS, 2006, p. 85).

Pode-se imaginar que tais núcleos tenderam a ser pouco abertos a inovações. A vida difícil, o trabalho contínuo e a sobrevivência demandaram todas as energias. Na colônia italiana, especificamente, há um poder centralizador entre as pequenas propriedades, algo que aproxima os vizinhos: a presença e atuação da Igreja Católica. As capelas agiam como polos de aproximação – e de conservação de valores. Na colônia italiana, a religiosidade, a família e o trabalho eram valores indiscutíveis, e a terra própria o grande bem a ser mantido. (Ver, entre outros, Pozenato, 2003; Frosi e Mioranza, 2009; Luchese, 2013; Giron, 1998).

Contudo, mesmo que alguns traços culturais se tenham conservado – e sejam nítidos até hoje – havia desejos de integração com a sociedade mais ampla. Um deles era através do aprendizado da língua majoritária. Esse era um desejo legítimo dos imigrantes, que reivindicavam escolas públicas para seus filhos – e em português. Via-se na apropriação da língua uma possibilidade de integração e de ascensão social (V. Luchese, 2013; Luchese e Faggion, 2016).

Cabe ver alguns pormenores da história e das especificidades do Rio Grande do Sul, onde se localiza a Região Colonial Italiana, que apresentamos a seguir.

UM POUCO DE HISTÓRIA: O RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul é um Estado de colonização tardia, que se constituiu historicamente como fronteira, periférico, marcado por guerras e que contou com elevados contingentes de imigrantes na sua ocupação territorial, dentre eles portugueses, açorianos, alemães, italianos, poloneses e muitos outros (PESAVENTO, 1980). Foi um dos Estados brasileiros que mais recebeu imigrantes; no caso dos italianos, a maioria imigrou entre o final do oitocentos e primeira década do novecentos, e esses imigrantes ocuparam colônias e áreas urbanas como a Capital, Porto Alegre.

Diversos estudos, como os de Gertz (2014, 2005, 2002) afirmam que a questão da formação da nação brasileira é tema de discussão desde 1830 sem, no entanto, reverter em ações mais efetivas. Intelectuais e representantes políticos debateram, em diferentes momentos e direções, quais as alternativas para a formação da nação brasileira, mas as práticas de nacionalização só se efetivaram no final dos anos 30, do século XX. No contexto da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), foi realizada a primeira campanha de nacionalização, porém com medidas restritas no que tange ao governo federal e pouco efetivas quando se pensa o Rio Grande do Sul.

Entre os anos de 1930 e 1937, no Rio Grande do Sul, esteve à frente do governo o interventor Flores da Cunha, nomeado por Getúlio Vargas. A pauta da nacionalização, mesmo que presente na imprensa, debatida entre intelectuais e líderes gaúchos, não foi causa para legislações restritivas e/ou punitivas nesses anos. Flores da Cunha liderou movimentos de negociação e as relações com imigrantes e descendentes, especialmente italianos e alemães, foram de cordialidade.

Com o Estado Novo, Flores da Cunha foi deposto, e foi nomeado o general Manoel de Cerqueira Daltro Filho, que governou entre 17 de outubro de 1937 e 19 de janeiro de 1938, quando faleceu. Assumiu então o general Osvaldo Cordeiro de Farias, que permaneceu no poder até setembro de 1943, quando deixou o cargo para integrar a Força Expedicionária Brasileira, enviada para combater o Eixo na Europa (MAESTRI, 2010). Cordeiro de Farias foi substituído por Ernesto Dornelles, até o final do Estado Novo.

Os cinco anos em que Cordeiro de Farias esteve à frente do governo do Rio Grande do Sul foram cruciais e determinantes na campanha de nacionalização. Práticas de construção da brasilidade foram disseminadas e implementadas por Cordeiro de Farias, inclusive no que diz respeito à educação. Para Quadros (2014), a intervenção estatal brasileira, a partir de 1937, na nacionalização do ensino, envolveu quatro dimensões, a saber:

1^a) uma extensa e detalhada jurisprudência sobre a educação; 2^a) a reestruturação técnica e administrativa da Sesp/RS; 3^a) o desenvolvimento de políticas de expansão da rede de ensino estatal, com a construção de escolas, a contratação de professores e funcionários, a ampliação do número de estudantes matriculados; e 4^a) uma atenta orientação, supervisão e inspeção do trabalho escolar. (QUADROS, 2014, p. 120).

A nacionalização do ensino resultou em ampla reforma educacional, em que o Estado assumiu a escola no contexto gaúcho, merecendo destaque a atuação da Seção Técnica da Diretoria Geral da Instrução Pública e o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE/RS). O Jornal O Momento, de Caxias, em outubro de 1938 destacava que o Rio Grande do Sul recebera “remessa de verba para a campanha de nacionalização do ensino” e que a mesma fora enviada pelo governo de Getúlio Vargas, ao qual o interventor agradecera por “tão patriótico auxílio”. (JORNAL O MOMENTO, 31/10/1938, p. 4). No ano seguinte, com o título “A Revolução Continua”, o mesmo jornal destacava que “a disseminação de escolas pelo nosso território e a nacionalização do ensino são as maiores conquistas daquele movimento militar que começou no dia 03 de outubro de 1930”. E, ainda, definia que “a revolução pedagógica brasileira, formada em espírito novo, encerra o sentido da revolução de trinta” (JORNAL O MOMENTO, 30/10/1939, p. 1). Desse modo, é perceptível que, em poucos anos, a campanha de nacionalização e de constituição de um sentimento de pertença à brasilidade foram dados por decreto, assim como foram silenciados aqueles que não tinham aprendido o português.

Sendo assim, foi a partir do Estado Novo (1937 – 1945) que as políticas gaúchas voltadas para a nacionalização do ensino tornaram-se foco das ações do interventor Cordeiro de Farias, e também do secretário de Educação, José Pereira Coelho de Souza (1937-1945). A aspiração de forjar o ‘novo’ brasileiro, o cidadão identificado com a Pátria brasileira e com a unidade nacional desejada, ressoou em práticas. Sobre isso, Gertz (2005, p. 146) alerta que precisamos atentar para o fato de que a ação nacionalizadora “não atingiu de forma linear, uniforme, todos os grupos, havendo significativas diferenças na avaliação das várias populações estrangeiras que se encontravam em território gaúcho”. O mesmo autor destaca ainda que “as ações podiam variar de região para região, de forma que determinado grupo de “alienígenas” em determinada região podia ser atingido com intensidade bastante diferente que o mesmo grupo em outra região” (GERTZ, 2005, p. 146).

Pelo Decreto nº 7212 de abril de 1938, o interventor federal no Estado normatizava que as escolas étnicas ministrariam a educação física, o ensino cívico e os trabalhos manuais em conformidade com as diretrizes oficiais. As disciplinas de Português, História, Geografia e Educação Cívica seriam ministradas, preferencialmente em horário escolar, por professores designados pela Secretaria de Educação e pagos pelas escolas primárias particulares em que se lecionasse em língua estrangeira. Escolas em que esses professores fossem hostilizados ou não cumprissem com a determinação seriam fechadas. Ainda, exigia que todos os colégios particulares de ensino primário deviam ser registrados. Complementando as regulamentações e instruindo sobre como realizar o registro das escolas na Diretoria Geral da Instrução Pública, foi assinado o Decreto nº 7247 de abril de 1938 (KREUTZ, 2003 e 2005).

Em nível federal, merece destaque o Decreto 406 de maio de 1938, voltado às escolas rurais, e que obrigava o uso de material didático exclusivamente em português, determinava que a bandeira nacional fosse destacada nas festividades, e que professores e diretores fossem brasileiros natos. Com relação ao currículo, estabelecia que História e Geografia deviam ser do Brasil e, ainda, que os menores de 14 anos não podiam ter ensino em língua estrangeira. No ano seguinte, em dezembro de 1939, pelo Decreto nº 1006, instituiu-se a supervisão e censura dos livros utilizados nas redes de ensino. E, pelo Decreto nº 1.545, de agosto de 1939, os secretários de educação nos estados eram orientados a abrir escolas em áreas colonizadas por imigrantes e descendentes. Inspeção das escolas, ensino cívico estimulando o patriotismo, ensino de História e Geografia do Brasil e proibição expressa do uso de línguas estrangeiras em atividades públicas foram algumas das orientações. Em março de 1940, pelo Decreto nº 2072, foi criada a Juventude Brasileira, obrigatória nas escolas. E, pelo Decreto nº 3580, de setembro de 1941, estabeleceu-se a proibição da importação ou impressão de livros em língua estrangeira para as escolas primárias (KREUTZ, 2003 e 2005).

Com a obrigatoriedade de registro das escolas particulares estrangeiras, estabelecido em 1938 por Cordeiro de Farias e Coelho de Souza, foram registradas um total de 2.418 escolas, sendo que 241 foram definitivamente fechadas por não atenderem às exigências dos Decretos 7212 e 7247. Dentre as escolas que encerraram suas atividades, podemos mencionar as poucas escolas italianas que ainda persistiam em Caxias do Sul, Porto Alegre e Santa Maria.

O interventor federal Coelho de Souza, com certa recorrência, discursava afirmando que não havia problemas de nacionalização entre descendentes de italianos e que as escolas públicas eram prestigiadas por imigrantes italianos e seus descendentes:

Na colônia italiana, constituída de algumas centenas de milhares de pessoas, o problema da nacionalização do ensino não existe. Havia em toda a zona poucas escolas particulares, mantidas pelas paróquias, já nacionalizadas, um ano antes de se iniciar a ação governamental, de ordem do Bispo de Caxias. A colônia solicita insistentemente ao Governo novas escolas; a instalação dos nossos estabelecimentos de ensino é ali recebida com festejos populares; a origem românica das duas línguas torna facilimo o trabalho dos professores públicos nos centros menos nacionalizados. São, precisamente, municípios de colonização italiana aqueles que possuem maior número de estabelecimentos escolares estaduais; os prefeitos de Guaporé, Prata e Jaguari ufanam-se em apresentar grupos em todas as sedes distritais afora as aulas isoladas existentes nos travessões e linhas afastadas. (COELHO DE SOUZA, 1969, p. 193-194).

A gratuidade das escolas públicas e o domínio do português eram questões objetivas desejadas pela maioria das famílias de imigrantes e descendentes da Região Colonial Italiana do RS.

A seguir, veremos os documentos legais referentes à mudança na educação promovida pelo poder central e estadual, bem como os efeitos percebidos pelos imigrantes e descendentes.

TENSIONAMENTOS, PROIBIÇÕES E INTERDIÇÕES NO ESTADO NOVO. OS TESTEMUNHOS

Por meio do Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, foi estabelecido controle estatal rígido sobre comunidades imigrantes. Veja-se o teor dos Artigos 38 a 41:

Art. 39. Nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou Colônia, será constituído por estrangeiro de uma só nacionalidade.

Art. 40. O Conselho de Imigração e Colonização poderá proibir a concessão, transferência ou arrendamento de lotes a estrangeiros da nacionalidade cuja preponderância ou concentração no núcleo, centro ou colônia, em fundação ou emancipados, seja contrária à composição étnica ou social do povo brasileiro.

§ 1º Em cada núcleo ou centro oficial ou particular, será mantido um mínimo de trinta por cento (30%) de brasileiros e o máximo de vinte e cinco por cento (25 %) de cada nacionalidade estrangeira. Na falta de brasileiros, este mínimo, mediante autorização do Conselho de Imigração e Colonização, poderá ser suprido por estrangeiros, de preferência portugueses.

§ 2º O Conselho agirá nesse caso na forma do presente artigo.

Art. 41. Nos núcleos, centros ou colônias, quaisquer escalas, oficiais ou particulares, serão sempre regidas por brasileiros natos.

Parágrafo único. Nos núcleos, centros ou colônias é obrigatório o estabelecimento de escolas primárias em número suficiente, computadas as mesmas no plano de colonização.

Art. 42. Nenhum núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, poderá ter denominação em idioma estrangeiro.

Complementando isso, a Lei Federal nº 704, de 12 de dezembro de 1938, Artigo 7º, estabelecia que a instrução primária seria ministrada exclusivamente em língua portuguesa. O Decreto-Lei nº 1545, de 25 de agosto de 1939, dispunha sobre a adaptação ao meio nacional dos *brasileiros* descendentes de estrangeiros (grifo nosso). No tocante à educação, havia disposições muito claras:

Art. 4º Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde:

a) promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;

b) subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;

c) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;

d) distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações.

orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias dos núcleos coloniais;

Essas imposições legais, e os propósitos nelas expressos – tais como subvenções e estímulos a escolas, além de viagens e organização de bibliotecas – acenam para uma situação de atendimento à educação que estava longe de se concretizar. De fato, não houve estudos ou preparações, ao que tudo indica, para implementação da lei. As escolas e os professores depararam-se com a obrigatoriedade do ensino em português, sem que se previssem estratégias de adaptação.

As crianças (e os adultos, e os idosos) de zonas rurais não falavam português. Até então, de modo geral, existia liberdade e nenhuma restrição com relação ao uso de outros idiomas. Assim, são muitos os testemunhos de pressões sofridas e de tensões constantes, com medo e silenciamento como consequências que atingiram, mais que tudo, as pessoas de mais idade. Os idosos não falavam português, ou o falavam de forma muito precária. No quadro a seguir, apresentamos alguns trechos de narrativas de entrevistados que tratam de lembranças da época:

Nº	Entrevistado	Data e local de nascimento	Memórias
1	João Bodini	21/11/1898, Garibaldi, RS.	<p>COMO ESTUDANTE</p> <p>E - E eles ensinavam em português, em italiano?</p> <p>I - Em português.</p> <p>E - Não falavam nada em italiano na escola?</p> <p>I - Falavam só italiano.</p> <p>E - Falavam o italiano?</p> <p>I - Mas não na escola, lá fora. Era proibido falar italiano dentro da escola. Tinha que aprender o brasileiro⁴.</p>
2	Angela Carlesso Fardo	7 de setembro de 1909, Garibaldi, RS.	<p>COMO ESTUDANTE</p> <p>E - As crianças falavam italiano na escola?</p> <p>I - Aí eles falavam sempre italiano, fora, brincando, por tudo, italiano.</p> <p>E - E na sala de aula?</p> <p>I - Italiano entre eles.</p> <p>E - E a professora ensinava em português?</p> <p>I - Ela falava sempre em português.</p>
3	Aleixo Piazza	1º de março de 1913, Caxias do Sul, RS.	<p>COMO ESTUDANTE</p> <p>E - E a professora, como ensinava para essa gurizada que só sabia falar italiano?</p> <p>I - Aquela [professora] que era alemã, ela ensinava o português. Mas eu fiquei velho falando o italiano. [...]</p> <p>Mais adiante proibiram de falar em italiano, todos se preocuparam, nas escolas, nas lojas. Falavam como sabiam, mal e porcamente, mas falavam o português.</p> <p>E - Quem proibiu?</p> <p>I - O padre avisou na igreja, as professoras avisaram na escola, os comerciantes nas lojas.</p>
4	Paulina Soldatelli Moretto	03/06/1913, São Marcos/RS	<p>COMO ESTUDANTE</p> <p>[ensinavam] em português, mas havia uma mistura com o italiano, por exemplo, os cantos, as poesias, dramatizações, a maior parte era em italiano.”</p> <p>COMO PROFESSORA</p> <p>[falavam] alguma coisa, muito mal. Entre eles falavam sempre em italiano. E dentro da escola a gente obrigava a falarem o português.</p> <p>Quando mandava fazer uma leitura, via se ele lia corretamente. Às vezes a professora dizia “José era um bom menino porque estudava muito”. A professora perguntava, “Por que José era um bom menino?” para ver se ele raciocinou aquilo que ele leu. Ela perguntava alguma coisa. Aí ela via se ele entendia, aquilo que tinha lido, se entendia as palavras, se sabia falar o português.</p>
5	Romana Mortari Carra	1913, Antônio Prado, RS	<p>COMO ESTUDANTE</p> <p>E - Em que língua vocês estudavam?</p> <p>I - Não era brasileiro, era meio italiano, não sei bem, porque nós não aprendemos a falar em brasileiro nada, nada. Aprendemos depois de tanto tempo.</p>
6	Dorotéia Rizzon Corte	27/09/1919, São Marcos, RS	<p>COMO PROFESSORA</p> <p>I –[...] Mesmo quando eu comecei, que eu estava explicando, que eu, eu nunca esqueço que eu expliquei tomate e eu disse olha: o tomate é vermelho. Má, nó Maestra, eles me disseram, el mate le verde. [...] Eles achavam que era mate, o chimarrão. Porque foi bastante difícil viu. [...] Agora eu sempre, desde a minha época que comecei a lecionar, sempre foi em português.</p>

4. De um modo geral, os respondentes chamam a língua falada no país de “brasileiro” e poucos a denominam “português”

7	Vanda Rodrigues Graziotin	-	<p>COMO PROFESSORA</p> <p>I - Eu nunca me preocupei em aprender o dialeto. Eu sempre falei em português com eles. Eu acredito que os professores não tinham o mesmo problema, falavam o dialeto.</p>
8	Angelo Araldi	1926, Flores da Cunha, RS.	<p>COMO ESTUDANTE</p> <p>[...] o meu primeiro professor era italiano [...] chamava-se Rômulo Roncarelli, vindo da Itália, não sabendo coisa nenhuma em português.</p> <p>E - Que data foi isso?</p> <p>I - Sou de 1926, tinha 6 anos, em 1932.</p> <p>E - Será que ele já era professor na Itália?</p> <p>I - Não sei. Ele tinha bastante conhecimento. Se notava que ele tinha conhecimentos gerais, até de gramática, história, de tudo. Ele falava muito pouco o português [...]. E o primeiro ano meu, foi em italiano.</p> <p>E - E este italiano, era gramatical ou dialeto?</p> <p>I - Não era nem italiano gramatical nem dialeto. Acredito que ele sabia bem o gramatical, mas para se fazer entender ele tinha que falar o nosso dialeto, porque se não a gente não entendia. [...]</p> <p>E - Falavam só o italiano?</p> <p>I - Todo mundo falava italiano. Só o 1º ano meu, depois, já no 2º ano, trocou de professor, veio uma professora chamada Joana Menegolla. Era uma solteirona. Ali foi tudo português, já em 1933 já havia uma obrigatoriedade do ensino em português, praticamente desapareceu [o italiano] nas salas de aula. [...]</p> <p>Essa professora lecionou durante muitos anos. Ela foi excluída dentro do serviço público, como professora, justamente por ter dito frases em italiano na sala de aula.</p> <p>E - Em que período isso?</p> <p>I - Entre 1939 a 1944, [...] o poder público municipal na época [...] ficou sabendo por denúncia que ela falou italiano na sala de aula. Foi mandada chamar e foi exonerada do magistério ao bem do Serviço Público. [...]</p> <p>Todos começaram a falar português em 1939 [...]. Então era um silêncio, no domingo de manhã ia todo mundo para missa, mas era um silêncio, porque não sabiam falar o português.</p>
9	Ida Menegotto Poletto	1926, Caxias do Sul, RS	<p>COMO ESTUDANTE</p> <p>E - E como é que ele ensinava [...]?</p> <p>I - Não, alfabetizava em português e ele falava conosco tudo em italiano. Então, ficava uma grande dificuldade [...]. Porque nós em casa, não se falava em português. Se falava tudo italiano. Só que não era a língua italiana, era, como é que se diz...era... E - Dialeto?</p> <p>I - Dialeto italiano né. Não era mesmo a língua italiana. E ele falava mesmo a língua italiana com nós.</p> <p>[...] Na escola de São Luiz veio uma professora que se chamava Celestina Pezzi Rech, aquela sim tinha interesse em que nós aprendêssemos a falar o português [...]. Nós tínhamos muitas dificuldades.</p> <p>E - Ela se importava se vocês falassem em italiano com ela?</p> <p>I - Ah não! Ela repreendia [...] Ela dizia que somos brasileiros e devíamos aprender nossa língua e não continuar sempre com aquela língua em dialeto que nós falávamos. [...] A maioria das crianças nem falavam. Passavam o dia inteiro, não falavam com a professora e nem perguntavam uma coisa que precisassem, porque eles não sabiam falar português, então ficavam caladas.</p> <p>E - E se perguntassem em italiano?</p> <p>I - Ninguém perguntava porque ela não gostava, ela não deixava.</p>

10	Regina Maria Garbin	1926, Antônio Prado, RS	<p>COMO PROFESSORA</p> <p>E - E os alunos entre eles, falavam como?</p> <p>I - No recreio a gente tinha que estar atenta porque falavam italiano.</p> <p>E - Daí você corrigia?</p> <p>I - É, a gente tinha que chamar atenção.</p> <p>E - Era orientação da Prefeitura que falassem português?</p> <p>I - Era.</p> <p>E - Era proibido?</p> <p>I - Ficou um tempo que era proibido. Então o pessoal, principalmente aqueles mais velhinhos, eles ficam quase sempre em casa.</p>
11	Terezinha Ravanello Carra	1936, Antônio Prado, RS.	<p>COMO ESTUDANTE</p> <p>E - Que língua falavam?</p> <p>I - Sempre italiano.</p> <p>E - E na escola?</p> <p>I - Português. [...] Ali se falava nem que fosse tudo atrapalhado, mas tinha que dar a resposta em português.</p>
12	Ester Troian Benvenuti	Caxias do Sul, RS.	<p>Reporta que era mais difícil alfabetizar os alunos cujos pais falavam só dialeto italiano. Ela também falava dialeto italiano, e dava explicações aos alunos em dialeto. Com isso, enfrentou problemas, inclusive com os pais. E também porque às vezes o dialeto de uns “não combinava com o dialeto de outros, porque eram oriundos de várias regiões. Mas eu entendia de todos. Me criei naquele ambiente, né?” Aliás, os alunos não ofereciam resistência nenhuma a aprender o português; ao contrário, para eles era uma necessidade. E acrescenta que os pais sempre adquiriam o material escolar, desde que tivessem acesso a ele.</p>
13	Alice Gasperin	Farroupilha, RS	<p>Tornou-se professora aos 13 anos, quando a professora dela casou, e não havia mais quem desse aulas. Ela confessa que sua maior dificuldade como professora foi a linguagem.</p>
14	Estra Boff Tessari	Caxias do Sul, RS	<p>Lembra que era proibido falar italiano na época da guerra. “Alguém denunciou-me na prefeitura porque falava italiano com os alunos. O prefeito convocou-me para dar explicação sobre o assunto. Apresentei-me e expliquei que, para ensinar português, tinha que antes falar as palavras e ir traduzindo as palavras (...)”. Embora ela não diga a consequência dessa entrevista, é provável que nada tenha acontecido, talvez uma advertência.</p>
15	Guilhermina Lora Poloni Costa	Caxias do Sul, RS.	<p>Relata sua experiência como professora que atuava nos limites entre as colônias italianas e alemãs. Ela diz que as crianças que falavam italiano tinham mais facilidade em aprender o português; as crianças que falavam alemão não sabiam nada de português, “nem uma palavra, nem bom dia, boa tarde”. Mas eram “muito comportados, muito aplicados” e aprendiam. “Então a gente tinha que estar ao lado dele, acompanhar ao lado e ensinar; dizer: essa palavra é assim que você fala, é assim que se escreve, é assim que se fala. Tinha que pegar essa maneira de ensinar, mostrar a palavra e fazer repetirem em brasileiro [português]” Mais adiante, a professora confessa uma dificuldade: a pronúncia. Os alunos “aprendiam as palavras, mas não aprendiam a pronúncia. A pronúncia custava eles aprenderem, não é?” Porque eles estavam habituados a falar de outra maneira.</p>

Quadro 1 – Narrativas sobre o processo de nacionalização

Fonte: Entrevistas IMHC/UCS e Banco de Memória/AHMJSA

Payer (1998) e Frosi, Faggion e Dal Corno (2010) apresentam relatos de pessoas que passaram muito medo, por não saberem português. Há relatos também de prisão por falar italiano e de traição: um relato fala de um homem que ‘provocou’ um desafeto a falar italiano, causando com isso sua prisão por uma noite... São significativas as situações em que há silenciamento, para evitar algum lapso. As situações de alternância de códigos são frequentes.

Os relatos dos testemunhos aqui apresentados são claros. Mostram, na escola, tensionamentos e interdições. Deixam entrever a incompreensão da criança por não poder expressar-se como ela corriqueiramente havia feito. Nota-se que não há um projeto de ensino de português: parte-se do pressuposto de que a criança falasse português. Tinha que falar e entender. Ou seja: a escola cumpre leis e decretos, mas não recebe insumos e implementos, nem mesmo orientações claras, para levá-los a efeito com segurança. Os próprios professores, em vários casos, foram intransigentes, mas por pressão e por cobrança de outras autoridades locais. Outros, mais inventivos, de certo modo, burlaram as orientações oficiais.

Podemos inferir, a partir dos relatos, que a criança talvez visse a escola como um mundo postiço, à parte, desligado da sua vida e da sua comunidade; um mundo que se expressava numa outra língua e proibia a manifestação verbal espontânea. Tudo tinha que ser controlado. Quase todos os relatos falam em dificuldades. Muitos relatos falam em incompreensão e em situações de interpretação inadequada ou imprecisa. Um exemplo é o da palavra “tomate”, tão diferente do “pomodoro” que as crianças falavam, que elas associaram a uma outra palavra portuguesa, “mate”. Podemos supor que tais eventos não fossem raros. O relato de Ida Menegotto Poletto é claro: as crianças não falavam português, por isso ficavam caladas. Suas dúvidas e questionamentos foram ignorados, silenciados, porque não podiam ser transmitidos na língua que conheciam.

Os professores, por sua vez, conciliavam ou tentavam conciliar os dois mundos. Lutando talvez contra suas próprias dificuldades individuais, procuravam soluções. Temos o caso emblemático de Estra Boff Tessari, que compreendeu que a única maneira de explicar aos alunos o mundo escolar era falando a língua deles. E por isso foi chamada a dar explicações a ninguém menos que o prefeito da cidade. Ester Troian Benvenuti também dava explicações em dialeto aos alunos. Ou seja, por sorte os professores souberam encontrar alternativas, desenvolver táticas para atingir seus objetivos de educação. Na escola, portanto, tanto para os professores como para os alunos, houve incompreensão e dificuldade.

Saindo do âmbito escolar e vendo a comunidade como um todo, houve de fato a proibição (“o padre avisou na igreja, os comerciantes nas lojas, a professora na sala de aula”): havia uma realidade maior, uma guerra, a Segunda Guerra Mundial, e os brasileiros descendentes de alemães e italianos eram, talvez, para a autoridade, suspeitos naturais, em especial após 1942. Por isso a proibição de falar a língua de herança. Na

realidade, para camponeses preocupados, antes de mais nada, com sobrevivência e com seu trabalho cotidiano, havia uma grande incompreensão em relação a não poder falar a língua que sabiam mais e melhor. Há relatos em que a reação ao incompreensível foi só o silêncio – mas há também relatos em que o medo determinou formas de agir que isolaram o indivíduo dos próprios valores, daquilo que constituía sua mais constante identidade (v. Frosi, Faggion, Dal Corno, 2010; Payer, 2006; Sganzerla, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo desprezado, o talian hoje usufrui de certo prestígio: é uma língua ~~exótica~~, única, que obteve luzes midiáticas recentemente ao ser transformada em patrimônio histórico. Parece confirmar-se a hipótese da glamurização do passado (SANTOS, 1998). Atualmente, o talian parece estar em evidência positiva.

Em 2009, o Talian tornou-se patrimônio histórico e cultural do Rio Grande do Sul, através da Lei número 13.178, de 10 de junho de 2009, assinada pela governadora Yeda Rorato Crusius. No mesmo ano, foi considerada língua cooficial em Serafina Correia, município do mesmo estado. (Lei Municipal número 2615, de 13/11/2009)

Em 2014, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), subordinado ao Ministério da Cultura, incluiu a “língua Talian no Inventário Nacional da Diversidade Linguística”, conforme certidão assinada em 10 de novembro de 2014 pela Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, Célia Maria Corsino. Na mesma data, o Ministério da Cultura conferiu o título de Referência Cultural Brasileira à Língua Talian.

O site oficial esclarece, em nota, que o Talian é falado por cerca de meio milhão de pessoas, em várias partes do Brasil. Isso poderia parecer auspicioso, e poderia indicar possibilidade de revitalização. No entanto, as crianças que sabem talian sabem mais (e usam mais) português. A utilização da língua em família é restrita às áreas rurais e às pessoas mais velhas. As gerações mais jovens às vezes entendem, mas não falam. Ocorre também restrição de assunto. Situações de alternância de código são comuns, dado que a integração cultural faculta o uso pleno do português, e elementos identitários elegem o talian em algumas expressões.

Caberia também ressaltar que as decisões políticas a respeito do talian não abrem perspectivas claras de estudos futuros sobre a língua, nem há menção, nos documentos legais, de estratégias de manutenção do idioma, nem de planejamento de registro de sua gramática ou vocabulário, nem de princípios para a constituição de uma língua padrão.

Pode-se dizer que, na Região de Colonização Italiana, a língua de herança persiste, assim como persistem os traços culturais que ela revela. Em que medida isso se dá, no entanto, não se sabe. O talian, ao que tudo indica, vai deixar de ser falado (tal como previsto em Frosi, 2000). Já disseram Nettle e Romaine: “A language is not a self-sustaining

entity. It can only exist where there is a community to speak and transmit it.”⁵ (NETTLE; ROMAINE, 2000: 5).

No período histórico contemplado por este trabalho (1937 – 1945), houve tensão, medo, repressão, proibição. São claros os relatos que falam da escola como local de incompreensão e de cisão de mundos: fala-se italiano quando a professora não estava atenta. Na comunidade em que a escola se inseria, em que os adultos falavam muito pouco o português e os idosos não o falavam, o silenciamento e o medo eram as consequências inevitáveis de um processo de desenraizamento.

Quanto isso influenciou para que o talian deixasse de ser falado na comunidade, tal como era antes da campanha de nacionalização de Vargas e da Segunda Guerra Mundial, não se sabe. Foi a interdição? Foi o progresso? Foi o desenvolvimento industrial e urbano que demandou o uso da língua da comunidade mais ampla?

Uma visão otimista permitiria dizer que, mais que um quase desaparecimento de uma língua, talvez seja indicado, na Região de Colonização Italiana, falar em integração – aquela integração tão desejada pelos imigrantes estaria sendo cumprida agora por seus bisnetos e trinets.

Será?

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas*. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

CARBONI, Florence. “*Eppur si parlano!*”: étude diachronique d’un cas de contact linguistique dans le Rio Grande do Sul (Brésil). Passo Fundo: UPF, 2002.

DURANTI, Alessandro. *Linguistic anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FAGGION, Carmen Maria; FROSI, Vitalina Maria. Lusismos no vêneto sul-rio-grandense. Anais do IX Encontro do CELSUL. Palhoça, SC, out. 2010. Universidade do Sul de Santa Catarina. 11 p. <http://docplayer.com.br/22476463-Lusismos-no-veneto-sul-rio-grandense.html> - Acesso em 2/3/2017.

FAGGION, Carmen Maria; LUCHESE, Terciane Ângela. “Producing Silencing: Portuguese Teaching/Learning in Rural Schools in the Italian Colonial Region, Brazil.” *American Journal of Educational Research*, vol. 4, no. 5 (2016): 412-419. doi: 10.12691/education-4-5-9.

FAGGION, Carmen Maria; LUCHESE, Terciane Ângela. Professores da Região Colonial Italiana ensinando português em tempos de nacionalização estadonovista: memórias de formação e práticas escolares. *História & Perspectivas* (Online), v. 27, p. 261-281, 2014.

FROSI, Vitalina Maria. A linguagem oral da região de colonização italiana no sul do Brasil. MAESTRI, Mário (coord.). *Nós, os ítalo-gaúchos*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

5. Em tradução livre: “Uma língua não é uma entidade autossustentável. Só pode existir onde houver uma comunidade para falar e transmiti-la.”

- FROSI, Vitalina Maria. Os dialetos italianos no Rio Grande do Sul: convivência e mescla linguística. In: CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (orgs.). *Raízes italianas do RS*. Passo Fundo, RS: UPF, 2000.
- FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle O. Mantovani. *Estigma: cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul: Educs, 2010.
- FROSI, Vitalina Maria; Mioranza, Ciro. *Dialetos italianos*. Caxias do Sul: Educs, 1983.
- FROSI, Vitalina Maria; Mioranza, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.
- GERTZ, R. E.. Etnias e nacionalização no Sul do Brasil. In: QUADROS, C. (org.). *Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria, RS: EdUFMS, 2014, pp. 13 - 41.
- GERTZ, R. E.. O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: PUCRS, 2002.
- GERTZ, R. E.. O Estado Novo no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2005.
- GIRON, Loraine Slomp. Colônia italiana e educação. *Revista História da Educação* v. 2, n. 4 (1998). Disponível em seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30691. Acesso em 25 de agosto de 2017.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HUDSON, Richard A. *Sociolinguística*. Bologna: Il Mulino, 1998.
- JORNAL O MOMENTO. Ano VI, nº 295, Rio Grande do Sul, Caxias, 31 de outubro de 1938.
- JORNAL O MOMENTO. Ano VII, nº 346, Rio Grande do Sul, Caxias, 30 de outubro de 1939.
- KELLEHER, Ann. What is heritage language? Heritage Briefs, Center for Applied Linguistics, University of California – Davis, 2010. Disponível em www.cal.org/heritage. Acesso em 11 de agosto de 2017.
- KRAMSCH, Claire. *Language and culture*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- KREUTZ, L. A educação dos imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de e VEIGA, C. G.. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003, pp. 347 – 370.
- KREUTZ, L..A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. In: *Fronteiras*, n. 13, p. 65-89, nov. 2005.
- LEI FEDERAL nº 406, de 4/5/1938. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 21 de agosto de 2017.
- LUCHESE, Terciane Ângela (org.). *Horizontes: no diálogo entre culturas e história da educação*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

LUCHESE, Terciane Ângela; FAGGION, Carmen Maria. Memórias e histórias de práticas pedagógicas em áreas rurais da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, Brasil (1930 a 1950). *Quaestio: Revista de Estudos de Educação*, v. 17, p. 407-424, 2015.

MAESTRI, M. Breve História do Rio Grande do Sul da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo, EdUPF, 2010.

NETTLE, Daniel; ROMAINE, Suzanne. *Vanishing voices: the extinction of the world's languages*. Oxford et al.: Oxford University Press, 2000.

PAYER, Maria Onice. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

PESAVENTO, S. J.. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, p. 3 – 15.

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2003.

QUADROS, C. (org.). Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria, RS: EdUFSM, 2014.

ROMAINE, Suzanne. *Bilingualism*. 2. ed. Malden, MA et al: Blackwell, 1995.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. O uso da fala dialetal italiana por falantes urbanos como marca de identidade cultural. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, v. 20, p. 29-50, 1998.

SGANZERLA, Cláudia M. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização do Estado Novo em Guaporé*. Passo Fundo, RS: UPF, 2001.

Entrevistados

ARALDI, Angelo foi entrevistado em 27/10/1989, pela professora Liane Beatriz Moretto. Entrevista transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando, acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural, da Universidade de Caxias do Sul.

BENVENUTTI, Ester Troian foi entrevistada em 1983 pelos professores Juventino Dal Bó e Liliana Alberti Henrichs. Entrevista transcrita por Sônia Fries Storchi. FG004 e 005. Acervo do Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul.

BODINI, João entrevista realizada em 1985 pela professora Liane Beatriz Moretto. Transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando. Acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural, Universidade de Caxias do Sul.

CARRA, Romana Mortari entrevista realizada em 1988 pela professora Corina Michelin Dotti. Transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando. Acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural, Universidade de Caxias do Sul.

CARRA, Terezinha Ravanello entrevista realizada em 1988 pela professora Corina Michelin Dotti. Transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando. Acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural, Universidade de Caxias do Sul.

CORTE, Dorotéia Rizzon foi entrevistada pela professora Liane Beatriz Moretto, aos 01/07/1986. Entrevista transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando, acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural, da Universidade de Caxias do Sul.

COSTA, Guilhermina Lora Poloni foi entrevistada por Susana Storchi Grigoletto em 21 de outubro de 1991. A entrevista encontra-se transcrita no Banco de Memória do Arquivo Histórico João Spadari Adami, Caxias do Sul, RS, Brasil.

FARDO, Angela Carlesso entrevista realizada em 1984 pela professora Liane Beatriz Moretto. Transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando. Acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural, Universidade de Caxias do Sul.

GARBIN, Regina Maria Garbin entrevista realizada em 1988 por Corina Michelin Dotti. Entrevista transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando, acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural, da Universidade de Caxias do Sul.

GASPERIN, Alice entrevista realizada em 18/01/1996, por Sônia Storchi Fries e Susana Grigoletto. Transcrita por Sônia Storchi Fries nos dias 17 a 19 de junho de 1996. FG 195. Banco de Memória do Arquivo Histórico João Spadari Adami, Caxias do Sul.

GRAZZIOTIN, Vanda Rodrigues entrevista realizada em 1990 pela professora Corina Michelin Dotti. Transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando. Acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural, Universidade de Caxias do Sul.

MENEGOTTO, Ida entrevista realizada por Liane Betriz Moretto em 18/08/1986 e transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando. Acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural, Universidade de Caxias do Sul.

MORETTO, Paulina Soldatelli entrevista realizada em 1983 pela professora Cleodes Piazza Ribeiro. Transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando. Acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural, Universidade de Caxias do Sul.

PIAZZA, Aleixo entrevista realizada por Liane Beatriz Moretto Ribeiro em julho de 1984 e transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando. Acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural, Universidade de Caxias do Sul.

TESSARI, Estra Boff entrevista transcrita e revisada por Jordana Brigolini em 2004. S/FG. Acervo do Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do Discurso 59, 72, 93, 109, 135, 136, 138, 146, 150, 155

Argumentação 66, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 104, 108, 109, 110, 131, 137, 140, 141, 146, 180

Artes 68, 70, 157, 163, 164, 165, 187, 203, 207, 210, 212, 217, 222, 237, 254, 257, 277, 279, 281

C

Canto 2, 166, 203, 204, 207, 212, 213, 214, 225, 280

Consultoria Musical 252, 255

D

Dialogismo 109, 123, 147, 150, 153

Discurso 2, 4, 5, 6, 17, 25, 58, 59, 60, 61, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 78, 84, 85, 86, 90, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 104, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 120, 122, 123, 124, 126, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 144, 145, 146, 150, 155, 166, 178, 180, 184, 186, 193, 205, 210, 211, 215, 218, 223, 241, 243, 249, 250, 271

E

Estilos 81, 124, 157, 167, 170, 171, 186, 217, 218, 219, 220, 223, 226

F

Formas de Tratamento 15, 16, 17, 18, 19, 24, 25

G

Gêneros Textuais 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 284

H

Histórias 42

I

Ideologias 124, 132

J

Jornais 5, 122, 123, 130, 131, 132, 133, 134, 274

L

Letras 25, 44, 94, 95, 96, 109, 111, 121, 145, 165, 168, 170, 172, 187, 215, 217, 259, 260, 263, 266, 270, 271, 284

Língua de Herança 26, 27, 38, 39

Linguagem Oral 40, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 124

Língua Portuguesa 1, 13, 25, 26, 28, 33, 44, 58, 110, 215, 284

Linguística 17, 18, 26, 39, 41, 46, 47, 52, 58, 59, 62, 73, 109, 113, 114, 119, 120, 121, 134, 139, 284

M

Multimodalidade 83, 84, 87, 94

Música 8, 9, 11, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 157, 167, 170, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 187, 191, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 212, 214, 217, 218, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 233, 237, 239, 240, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 265, 266, 267, 268

P

Performance 68, 112, 176, 177, 178, 179, 180, 184, 186, 187, 188, 202, 204, 220, 223, 227

Processo de Musicalização 252, 255

R

Representação Japonesa 272, 273

S

Samba 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271

Subjetividade 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 139, 143, 146, 221

Sujeitos 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 79, 80, 91, 96, 125, 151, 161, 261

T

Tempos Verbais 1, 7, 13, 142

V

Viola 197, 203, 204, 205, 207, 212, 213, 214

Linguística, Letras e Artes:

Sujeitos, Histórias e Ideologias

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Linguística, Letras e Artes:

Sujeitos, Histórias e Ideologias

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2

 **Atena**
Editora

Ano 2021